

O Catálogo Coletivo como Instrumento de Coordenação entre Bibliotecas

EDSON NERY DA FONSECA

Professor Titular da Universidade de Brasília

SINOPSE: A interdependência tornou-se em nossa época — que para alguns já é o começo, senão cronológico, fenomenológico do século XXI — uma característica das relações tanto entre indivíduos, instituições e nações como entre os diversos campos do saber, sejam eles científicos ou tecnológicos, literários ou artísticos.

Como, de acordo com a famosa observação de Mallarmé, tudo o que existe no mundo transforma-se em livro, e o lugar natural deste é, por definição, a biblioteca, teve esta de especializar-se e, especializando-se, de aceitar a interdependência como condição para o estabelecimento de redes ou sistemas tão reclamados pelos bibliotecários mais conscientes de suas responsabilidades.

O catálogo coletivo é o principal instrumento de coordenação entre bibliotecas, sendo significativo que ele tenha nascido na Alemanha, onde as próprias bibliotecas gerais sempre se inclinaram para uma certa especialização. Objetivando primordialmente a localização de publicações, é através do catálogo coletivo que uma rede ou sistema nacional de bibliotecas alcança a sua finalidade: localizar em pelo menos uma biblioteca da nação qualquer documento produzido no mundo.

1 — IMPERATIVOS DA COORDENAÇÃO NUM MUNDO INTERDEPENDENTE

Quem diz coordenação entre bibliotecas diz **rede**. E **rede** — isto é, **network** ou **réseau** — é justamente uma das palavras que mais encontramos, hoje em dia, nas revistas americanas e européias especializadas em Biblioteconomia e Documentação. Por que essa insistência em falar de rede, isto é, de coordenação entre bibliotecas?

Procurarei responder aludindo, inicialmente, à efeméride que estamos comemorando neste ano de 1972: o Sesquicentário da Independência do Brasil. São, decerto, comemorações muito legítimas e oportunas. Mas o certo é que, se Dom Pedro I voltasse às margens plácidas do Ipiranga cento e cinqüenta anos depois do “brado retumbante”, de que fala o autor da letra do nosso Hino, seu grito seria não aquele que todos conhecemos, mas “interdependência ou morte”.

A observação é de Gilberto Freyre, para quem estamos hoje “num mundo que ou se desenvolve como um todo interdependente, superados conceitos antigos de soberania nacional, de autonomia estadual e de liberdade individual, ou resvala para a catástrofe, para a confusão, para a guerra civil, para a guerra internacional”. “Donde poder dizer-se hoje do Brasil” — esclarece o arguto sociólogo — “que a sua situação em face da América e do mundo, dramaticamente diversa da de 1822, é de interdependência ou morte.”¹

Estamos, com efeito, neste fim do século XX, ou, se quiserem, nestas vésperas do século XXI, vivendo num mundo cada vez mais interdependente. A tecnologia — sobretudo a tecnologia eletrônica — transformou a Terra naquela “aldeia global” de que fala Marshall McLuhan. Não há condições de qualquer natureza que permitam a uma nação, seja ela desenvolvida, subdesenvolvida ou em processo de desenvolvimento, viver independente das demais. As recentes visitas do Presidente dos Estados Unidos à República Popular da China e à União Soviética são apenas exemplos gritantes da interdependência que se coloca, em nossos dias, como condição **sine qua non** de sobrevivência das nações.

No seu livro **Ni Marx ni Jésus**, Jean-François Revel chega a chamar as nações de “grupos historicamente acidentais”, esclarecendo que “a segunda revolução mundial consistirá no desaparecimento da noção que é fonte de todo o mal: a de soberania nacional”.²

Mas a interdependência não se faz sentir apenas entre as nações. Muito antes de ela aparecer em escala internacional, já a sua necessidade se impunha entre os indivíduos. O velho Aristóteles definia o homem como um animal social. Organizados os indivíduos em sociedades, logo a interdependência se

¹ FREYRE, Gilberto. **Seis conferências em busca de um leitor**. Rio de Janeiro; José Olympio, 1965, p. 39.

² REVEL, Jean-François. **Ni Marx ni Jésus**. Paris, R. Laffont, 1970. Cito a edição portuguesa, publicada sob o título de **A Revolução Imediata**. Lisboa, Bertrand, s. d., pp. 141-142.

fez sentir entre elas, sob a forma da cooperação, chegando a constituir-se em sistema econômico: o cooperativismo.

A “aldeia global” de que fala McLuhan unificou tanto as nações como os conhecimentos. Além de ser uma palavra de conotações geográficas, econômicas e políticas, a interdependência tem implicações inequivocamente epistemológicas. É curioso notar como as palavras **interação**, **inter-relação** e **interdisciplinar** ocorrem nas revistas de Filosofia das Ciências com a mesma freqüência com que a palavra **rede** aparece nas de Biblioteconomia e Documentação. Pois também estamos vivendo num mundo em que não existe mais um ramo do conhecimento que seja independente dos outros. A clássica divisão dos saberes em científicos, literários e artísticos tem tanto valor quanto a divisão das ciências em exatas, naturais e sociais: um valor puramente pragmático e, portanto, bastante relativo.

Tanto as ciências — sejam exatas, naturais ou sociais — como as letras e as artes são formas de conhecimento da realidade. Seu objetivo é conhecer a realidade, e esse conhecimento exige interdependência em vez de separação. Em entrevista concedida recentemente a um semanário francês, Marshall McLuhan afirmou: “No momento atual é possível ter uma consciência completamente imbricada.”³

É certo que as especializações, em termos individuais são inexoráveis, cada um sabendo cada vez mais de cada vez menos coisas. A época dos Aristóteles — dissertando com igual proficiência a respeito de Física e Filosofia, de Política e Estética — ou dos autores das primeiras grandes **sumas** do saber — Plínio o Velho, Isidoro de Sevilha, Hugues de Saint-Victor, Vincent de Beauvais, Raoul Ardent — já passou. Mas a inter-relação entre os conhecimentos exige que os especialistas se encontrem em seminários interdisciplinares e que as revistas se dediquem cada vez mais ao debate interdisciplinar dos problemas científicos e técnicos, pois não há mais assunto do qual se possa dizer que interessa apenas a este ou àquele especialista.

Dessa interdependência e desse inter-relacionismo entre os diferentes ramos do saber têm surgido novas ciências, desde a Bioquímica e a Biofísica à Biônica e à Cibernética. Esta surgiu, como se sabe, do estudo comparado entre áreas aparentemente distantes como a Biofísica e a Eletrônica. Repito o que já escrevi em outra ocasião: que a Cibernética não se esgota

³ McLuhan, Marshall. *L'Express va plus Loin avec Marshall McLuhan*. *L'Express* (Paris), 14/20 février 1972, pp. 69-74.

no estudo comparado do cérebro animal e da máquina, sendo conhecidas as implicações filosóficas, psicológicas, sociológicas, econômicas, educacionais e até jurídicas dessa nova ciência, como, aliás, o próprio Norbert Wiener previu.⁴

Mais uma vez sou obrigado a repetir-me salientando que entre as ciências sociais ocorre o mesmo fenômeno. Sociologia, Antropologia, Economia, Educação, Administração, Ciência Política são campos cujas fronteiras estão cada vez mais flutuantes. Não há revista de Sociologia que não divulgue artigos de Economia; nem revista de Economia que não publique artigos de Educação; nem revista de Educação que não inclua artigos de Antropologia; nem revista de Antropologia que não reproduza artigos de Administração; nem revista de Administração que não edite artigos de Ciência Política; nem revista de Ciência Política que não apresente artigos de interesse para qualquer das mencionadas especializações.

Fiz há vários anos uma análise do conteúdo da **American Political Science Review**, encontrando, entre 1959 e 1960, artigos sobre a "política e a vida contemplativa", sobre as "relações entre a Ciência Política e a Economia", sobre a "novela administrativa", sobre filosofia política e poesia", sobre a "previsão matemática das decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos" etc.⁵

Não se pense que o fenômeno de interdependência ocorre apenas entre as ciências. Como salienta Pierre Piganiol, "knowledge must be regularly reclassified as **new links are discovered between the various fields of science and technology**"⁶ (grifo nosso). Aliás, uma das mais recentes definições de **informação científica** assinala ser ela "essencial para o progresso da ciência em seus contextos básicos, aplicado e **tecnológico**"⁷ (grifo nosso). Em artigo significativamente intitulado "Interaction of Technologies", L. W. Boxer fala dos "liames fundamentais previamente insuspeitados, como foi o caso das re-

⁴ FONSECA, Edson Nery da. **Integração de Conhecimentos na Universidade: sua Expressão Bibliográfica**. Revista do Livro (Rio de Janeiro) 35: 141-143, 4º trimestre de 1968.

⁵ FONSECA, Edson Nery. Artigo citado.

⁶ PIGANIOL, Pierre. **Science and Information in Prospect**. In: Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de um Sistema Mundial de Informação Científica. Paris, 1971. **Final report**. Paris, Unesco, 1971, p. 33.

⁷ UNESCO & CIUC. **Unisist; Informe del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica, realizado por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, y el Consejo Internacional de Uniones Científicas**. Montevideu, Oficina de Ciencias de la Unesco para América Latina, 1971, p. 1.

lações entre a Física e a Química no século XIX e é, atualmente o caso da Química e da Biologia". A inexistência de tais vínculos constitui, como assinala o mesmo autor, "uma série de lacunas no saber em vez de barreiras ou divisões entre os seus diversos ramos e a prática, havendo evidência de que essas barreiras que se insinuaram entre os vários setores da atividade científica são frutos antes da fraqueza humana do que de uma suposta impotência do conhecimento em face da ordem natural".⁸

Concluindo e resumindo esta primeira parte do nosso estudo, acreditamos ter demonstrado que a interdependência caracteriza, em nossa época, as relações tanto entre os indivíduos, as instituições e as nações como entre as ciências — consideramos no seu contexto básico, aplicado e tecnológico —, as letras e as artes. Veremos na segunda parte em que medida essa interdependência determina a formação de redes nacionais e internacionais de bibliotecas.

2 — INTERDEPENDÊNCIA COMO CONDIÇÃO DAS REDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Em que medida a interdependência — que é, como acabamos de ver na primeira parte deste artigo, uma condição **sine qua non** da sobrevivência não apenas de indivíduos e nações, mas de especialistas e de especializações — condiciona a formação de redes nacionais e internacionais de informação científica?

Em primeiro lugar, porque, como dizia o poeta Mallarmé, "tudo no mundo existe para acabar em livro".⁹ Esta frase — que aparece pela primeira vez em 1895 num artigo de Mallarmé para a **Revue Blanche** — seria completada por outras, bem mais recentes, de Edmond Jabès: "O livro não está no mundo, mas o mundo no livro... O mundo existe porque o livro existe... O livro é obra do livro... O livro multiplica o livro"; e até por esta, que pode parecer herética, mas é bibliograficamente verdadeira: "Se Deus existe, é porque está no livro."¹⁰

⁸ BOXEL, L. W. *Interaction of technologies*. *Nature* (London) 207 (5002): 1.121-1.125, Sep. 11, 1965.

⁹ MALLARMÉ, Stéphane. *Le Livre, Instrument Spirituel*. In *Oeuvres Complètes*. Texte établi et annoté par Henri Mondor et G. Jean-Auvry. Paris, Gallimard, 1945, pp. 378-382. A frase citada está na página 378 e data de julho de 1895, quando apareceu em artigo na **Revue Blanche**.

¹⁰ JABÈS, Edmond. *Je Bâti ma Demeure*. Paris, Gallimard, 1959. Apud Derrida, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo; Perspectiva, 1971, p. 69.

Sendo as bibliotecas, por definição etimológica, as casas de livros, a conclusão natural a tirar da proposição de Mallarmé é a de que tudo o que existe no mundo vai acabar nas bibliotecas. Note-se que uso a palavra biblioteca no sentido mais amplo, que, ao invés de excluir, inclui os serviços de resumos e de indexação, os centros de análise da informação e os chamados **bancos de dados**, de acordo com o que foi estabelecido em importante pronunciamento conjunto da UNESCO e do Conselho Internacional de Organizações Científicas: "As bibliotecas mais progressistas, as "bibliotecas do futuro" desempenharão funções e proporcionarão serviços que algumas vezes eram considerados característicos dos centros de informação especializados. A diferença de conceitos, se tiver de ser mantida, há de consistir antes na maior atenção prestada a um ou outro tipo de funções do que na separação entre estas ou no que se refere ao nível." ¹¹

Não creio que valha a pena discutir aqui a já superada querela entre biblioteca e serviços de informação, ou entre Biblioteconomia e Documentação, ou, ainda — o que já chegou por vezes a extremos de ridículo —, entre bibliotecários e documentalistas. Dessa luta não saíram vencidos nem vencedores, simplesmente porque o problema não é de opção ou de mútua exclusão, mas de acumulação e divisão de atribuições. Querela semelhante se esboça agora entre o que se convencionou chamar de "civilização escrita" e "civilização audiovisual", como se elas fossem mutuamente exclusivas, quando são, na verdade, interdependentes. O que tem faltado a todas essas Cassandras que predisseram a substituição das bibliotecas pelos serviços de documentação, como hoje predizem a substituição do livro pelos recursos audiovisuais, é um pouco de base filosófica para compreenderem que depois de Hegel não é mais possível admitir-se antinomias irreduzíveis, tudo se resolvendo pela síntese dialética dos contrários.

Fica, pois, entendido, que, ao falarmos de coordenação entre bibliotecas, estamos nos referindo exatamente às redes nacionais e internacionais de informação científica. Ser bibliotecário, nestas vésperas do século XXI, é, como salienta Maryann Duggan, "enfrentar as encruzilhadas da mudança com uma real oportunidade para colocar tanto as bibliotecas como a experiência profissional a serviço dos problemas do mundo de hoje", eis que, "na mobilização total dos recursos da biblioteca para um efetivo serviço, destinado a uma variedade enorme de con-

¹¹ UNESCO & CIUC. *op. cit.* (ver nº 7), p. 39.

sulentes e de direções, o bibliotecário tem em mãos um novo e estimulante instrumento, de grande potencialidade e não menor desafio: a rede bibliotecária".¹²

A conseqüência natural do fenômeno definido pela frase de Mallarmé — "tudo no mundo existe para acabar em livro" — é a **explosão bibliográfica**. Assim se convencionou denominar, como se sabe, a produção avassaladora de material impresso, calculada por diferentes processos em termos tão fantásticos quanto os que caracterizam a chamada explosão demográfica. A explosão bibliográfica é ainda mais assustadora do que a demográfica, pois inexitem para aquela — sendo pouco provável que venham a existir — métodos contraceptivos. O cálculo mais recente e mais autorizado para definir essa verdadeira crise da informação — que Derek J. de Solla Price qualificou muito bem como "doença da ciência" — é de que publicam-se no mundo "entre 50.000 e 70.000 revistas científicas, número que se reduz à metade, aproximadamente, quando somente se consideram as publicações relevantes".¹³

As especializações são ao mesmo tempo causa e efeito da explosão bibliográfica. São causa na medida em que a produção de informação científica é tanto maior quanto mais especializados se tornam os cientistas; e são efeito na medida em que os usuários logo se transformam em produtores de informação, de acordo com o próprio fenômeno da criação científica, tão bem estudado, entre outros, por Abraham Moles.¹⁴

Ainda uma vez ocorre-me citar a frase de Mallarmé, pois, como tudo no mundo, as especializações também acabaram em livros que se chamam, no plano das chamadas "publicações primárias", **monografias** (sucessoras das grandes sumas do saber enciclopédico), no plano das chamadas "publicações secundárias", **bibliografias especializadas**, sucessoras das bibliografias gerais e assumindo modalidades diferentes, como os índices de palavras-chaves — colhidas no texto (KWIC) ou fora dele (KWOC) —, as listas sinaléticas e os resumos (**abstracts**), e, no plano das chamadas "publicações terciárias", as **revisões bibliográficas** ou exposições sobre o estado atual de um assun-

¹² DUGGAN, Maryann. *Library Network Analysis and Planning*. Journal of Library Automation (Chicago) 2(3): 157-175, Sep. 1969. A autora fala de uma nova sigla: **Lib-NAT**, que significa **Library Network Analysis Theory**.

¹³ UNESCO & CIUC. *op. cit.* (ver nº 7), p. 9.

¹⁴ MOLES, Abraham A. *Sociodynamique de la Culture*. Paris, Mouton, 1967. 342, pp. 71-107. E, mais especificamente, do mesmo autor, *A Criação Científica*. Trad. de Gita K. Guinsburg. São Paulo, Perspectiva, 1971. xiv, 292 p. *passim*.

to ou problema (**state-of-the-art reports**) e as resenções críticas (**book-reviews**).

Tão logo passou a época das obras enciclopédicas, as bibliografias gerais — de que são exemplos, nos séculos XVI a XVIII, a **Bibliotheca Universalis**, de Conrad Gesner, a **Bibliotheca Classica**, de G. Draud, o **Allgemeines Europaisches Bücher-Lexikon**, de Theophilus Georgi, e, já no século passado, o **Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres**, de Jacques-Charles Brunet, ou o **Trésor des Livres Rares et Precieux**, de Johann George Theodor Graesse — começaram a ser substituídas pelas bibliografias especializadas.

Substituídos os livros pelas revistas como veículos mais eficientes de comunicação entre os pesquisadores, logo estas deixaram de ser gerais — como o foram as **Philosophical Transactions** e o **Journal des Sçavans** — para também se especializarem e, especializando-se — isto é, multiplicando-se nas inúmeras especializações da nossa época —, atingirem as assustadoras proporções já salientadas.

Como tudo existe para acabar em livros — ainda e sempre, a aguda observação de Mallarmé! —, e o lugar definitivo deles é a biblioteca, teve ela de substituir sua natureza enciclopédica ou geral pela especialização. Somente três tipos de biblioteca vinham resistindo a essa orientação, permanecendo como reductos de coleções enciclopédicas: as nacionais, as universitárias e as populares. Deixemos estas de lado — porque seus objetivos, sendo os da educação de base, da educação complementar e da vulgarização do saber, não correspondem rigorosamente às exigências da informação científica — e consideremos as bibliotecas nacionais e universitárias.

As funções tradicionais de uma biblioteca nacional são: (a) reunir (pelo chamado depósito legal) e conservar para a posteridade o patrimônio bibliográfico da nação; (b) difundir esse patrimônio pela publicação da bibliografia nacional corrente e, eventualmente, de bibliografias retrospectivas; (c) reunir e colocar à disposição de sua clientela — que é, na maior parte dos casos, sempre uma clientela de alto nível — as obras mais representativas da cultura universal; (d) servir como órgão coordenador da permuta e do empréstimo nacional e internacional de publicações e, em alguns casos, de centro nacional de documentação.

Em decorrência dessas funções eminentemente generalizantes, as bibliotecas nacionais resistiram à especialização, tor-

nando-se — repito — como que os últimos redutos de coleções enciclopédicas. Mas essa resistência começa a ceder com a criação de bibliotecas nacionais especializadas em grandes áreas do conhecimento, como, nos Estados Unidos, a Biblioteca Nacional de Medicina e a Biblioteca Nacional de Agricultura, no Reino Unido da Grã-Bretanha, a Biblioteca Nacional de Empréstimos para a Ciência e a Tecnologia, no Canadá, a Biblioteca Nacional da Ciência, na União Soviética, a Biblioteca Pública Estatal de Ciência e Tecnologia etc.

O mundo moderno parece dizer ao homem — parafraseando o que a esfinge disse a Édipo no seu caminho para Tebas: “Especializa-te ou devoro-te!” O enciclopedismo parece refugiar-se num gênero de publicação e num tipo de instituição: a enciclopédia e a universidade. Mas eis que surgem as enciclopédias de arranjo sistemático, das quais podemos adquirir apenas o volume que nos interessa — como a **Encyclopédie Française** —, e as universidades técnicas da Alemanha; e nas próprias universidades ainda fiéis à exata significação deste nome, o saber tende a fragmentar-se, por razões de ordem prática, em departamentos que se desconhecem mutuamente: distorção que os seminários interdisciplinares estão procurando corrigir.

Caminhando inexoravelmente para a especialização, só resta às bibliotecas — nacionais, universitárias e de pesquisa — e aos serviços de análise, referência e resumo da informação uma saída: a cooperação que evite duplicações inúteis e contribua para o estabelecimento de redes nacionais e internacionais. Na obra coletiva publicada pela UNESCO sobre comunicação na era espacial, há um capítulo especialmente dedicado à “transmissão de informações entre bibliotecas”. O que mais se enfatiza nesse capítulo é a necessidade de cooperação, do estabelecimento de sistemas, da coordenação entre bibliotecas de diferentes tipos e especializações. “Na verdade,” — escreve Harry C. Campbell no citado capítulo — “poder-se-ia criar um conjunto completamente novo de bibliotecas especializadas; no entanto, será melhor utilizar, se possível, os serviços já existentes.”¹⁵

A Biblioteca Regional de Medicina é um exemplo da utilização de serviços já existentes — os da Escola Paulista de Medicina — para estabelecimento de uma rede continental de informação biomédica, comandada pela Biblioteca Nacional de

¹⁵ CAMPBELL, Harry C. *A Transmissão de Informações entre Bibliotecas*. In: Unesco. *Comunicação na Era Espacial*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969, pp. 143-155. O trecho citado está na página 150.

Medicina e sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde. Os bibliotecários que se negam a colaborar com empreendimentos como este não estão absolutamente à altura da época em que vivemos: uma época — repito — de crescente interdependência entre indivíduos, instituições, conhecimentos e nações. Deles poderemos dizer o que Carlos Drummond de Andrade escreveu dos poetas românticóides: são bibliotecários “de um mundo caduco”. Para sermos fiéis ao espírito do nosso tempo, devemos seguir o conselho do poeta:

“O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”

3 — CATÁLOGOS COLETIVOS COMO INSTRUMENTOS DE COORDENAÇÃO

O que é um catálogo coletivo e em que medida ele se impõe como instrumento principal de coordenação entre bibliotecas e, portanto, como base indispensável de um sistema nacional e internacional de informação científica?

Creio que ninguém melhor do que Louise-Noëlle Malclès — a erudita e competente bibliotecária da Sorbonne — respondeu a esta pergunta. Permitam, pois, que traduza de seu livro **Les Sources du Travail Bibliographique** — livro que atrai o adjetivo monumental — o seguinte trecho:

“A coordenação de esforços é uma das manifestações mais evidentes da época em que vivemos. Ela se impõe cada vez mais em cada campo e se orienta para uma organização racional do trabalho, menos penosa para o indivíduo, mas fecunda para a coletividade.

No mundo dos livros, o auxílio mútuo indispensável a uma utilização eficiente dos recursos comanda a **estreita interdependência das bibliotecas**. Estas são cada vez menos livres de se desligarem umas das outras e de isolarem em organismos fechados, autônomos. Todas, ao contrário, estão em vias de se constituírem num corpo único no qual cada membro, animado de sua vida própria, é, entretanto, capaz de comunicá-la aos outros, recebendo, em troca, seus estímulos.

Esta reciprocidade de influência é facilitada por certos instrumentos recentemente descobertos ou adaptados e que são como que os motores permanentes da vida

em comum. O catálogo coletivo é um desses instrumentos que muito promete e que até já cumpriu suas promessas. Ele supre a insuficiência de cada coleção isolada e substitui a biblioteca central sonhada por outra biblioteca idealmente criada em fichas. Longe de sufocar ou de nivelar as bibliotecas especializadas, secundárias ou locais, ele respeita as leis por assim dizer orgânicas às quais essas bibliotecas tão variadas obedecem, para assegurar sua atmosfera e sua personalidade, sem destruir nem alterar a originalidade, que é um dos seus aspectos mais dignos de ser mantidos, na medida em que contribuem para valorizá-las e estimulá-las. Enfim, ele está subordinado a acordos previamente consentidos pelos estabelecimentos reunidos e dos quais resultam conseqüências benéficas para a coletividade, tais como:

- (a) a unificação das normas catalográficas pela adoção de códigos padronizados;
- (b) a divisão homogênea dos acervos, pela revelação das lacunas e das duplicatas, e a instauração de um sistema de permutas;
- (c) a utilização racional das verbas, pela distribuição equilibrada das aquisições de documentos de alto custo ou de caráter muito específico;
- (d) a criação de centros de informação e de orientação documentárias;
- (e) a extensão e a intensificação das permutas nacionais e internacionais.

Tais aperfeiçoamentos tendem a retirar os livros de seus refúgios às vezes insuspeitados, para colocá-los na circulação e na vida; eles partem de uma fórmula relativamente simples, mas cujo dinamismo ainda em potencial conduzirá as bibliotecas do futuro às soluções radicais tão procuradas.”¹⁶

Quem primeiro salientou — é curioso registrar — a importância dos catálogos coletivos não foi um bibliotecário, mas um escritor: Ernest Renan. Em seu livro *L'Avenir de la Science*, que reúne pensamentos de 1848, o ensaísta francês escreveu:

“No estado atual da ciência, não existe trabalho mais urgente do que um catálogo crítico dos manuscritos

¹⁶ MALCLÈS, L.-N. *Les Sources du Travail Bibliographique*. Tomo I: *Bibliographies Générales*. Genève, E. Droz; Lille, Giard, 1950, pp. 102-103.

existentes nas diversas bibliotecas. Os que se ocupam com essas pesquisas sabem como são insuficientes, para uma idéia exata do conteúdo dos manuscritos, catálogos como os da Biblioteca Nacional, cheios de faltas e lacunas. Eis aí, na aparência, uma tarefa bastantes humilde e para a qual seria suficiente destacar o último aluno da École des Chartes. Não vos enganeis! Não existe trabalho que exija um saber mais extenso, e todas as nossas sumidades científicas, examinando os manuscritos no mais limitado círculo de suas competências, teriam muita dificuldade para fazê-lo de modo irrepreensível. E, portanto, as pesquisas eruditas continuarão entravadas e incompletas até que esse trabalho seja feito de maneira definitiva."¹⁷

Vê-se que para Renan o trabalho de organização de um catálogo coletivo de manuscritos existentes em diversas bibliotecas era, além de importantíssimo, tão difícil que tinha de ser realizado pelos próprios cientistas.

Coube à Alemanha — não essa Alemanha dividida após a Segunda Guerra Mundial em duas nações antagônicas, mas a velha Confederação Germânica, de que a Prússia foi um dos Estados — organizar o primeiro catálogo coletivo do mundo. Segundo L. Brummel, foi justamente em decorrência das grandes diferenças existentes entre os acervos das bibliotecas germânicas — que, mesmo quando gerais, tendiam já para uma certa especialização — que a necessidade de desenvolver-se o empréstimo entre bibliotecas se fez sentir, juntamente com a criação, em 1895, do órgão indispensável a esse tipo de empréstimo: o Catálogo Coletivo das Bibliotecas do Estado da Prússia.¹⁸

Apesar de ser a primeira iniciativa no gênero, ele já se apresentava sob as duas modalidades que caracterizam tanto seu conteúdo formal — referenciando livros e periódicos — como seu continente — tanto sob a forma de fichas como de publicação: o **Berliner Titeldrucke** (1892 a 1944 e reiniciado em 1955), sucedido pelo **Gesamtkatalog der Preussischen Bibliotheken** (1931-35), posteriormente intitulado **Deutscher Gesamtkatalog** (1935-1939 e 1941).

¹⁷ RENAN, Ernest. *L'Avenir de la Science; Pensées de 1848*. Paris, Calmann-Lévy, 1849, p. 217.

¹⁸ BRUMMEL, L. *Los Catálogos Coletivos; Problemas y Organización*. Paris, Unesco, 1956, pp. 15-16.

Também é curioso assinalar que o primeiro catálogo coletivo de âmbito internacional foi publicado igualmente na Alemanha e é especializado, interessando antes aos humanistas do que aos cientistas: o famoso **Gesamtkatalog der Wiegendrucke** (Leipzig, Hiersemann, 1925-1940), do qual escreveu Malclès que podemos "sem exagero qualificar de monumental".¹⁹

Podemos afirmar que o fracasso do Repertório Bibliográfico Universal, planejado e iniciado em Bruxelas por Otlet e Lafontaine, decorreu da sua utópica ambição de ser ao mesmo tempo internacional e enciclopédico.

Não é minha intenção enumerar aqui as principais iniciativas de cada país na organização de catálogos coletivos em fichas e em publicações: seria repetir o trabalho já realizado por L. Brummel e E. Egger, sob os auspícios da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários. Refiro-me ao **Guide des Catalogues Collectifs et du Prêt International**,²⁰ cujo título é bastante significativo porque mostra a estreita ligação entre o catálogo coletivo e um dos mais úteis subprodutos da rede que ele possibilita: o empréstimo internacional de publicações. Como salientam Mathews e Brown, "uma verdadeira rede não foi possível no passado pelo insuficiente conhecimento da localização dos materiais procurados. Com um catálogo coletivo mecanizado e um sistema de comunicações adequadamente planejado, os documentos poderiam ser automaticamente enviados a seus potenciais consulentes."²¹

Mas cuidado com a referência de Mathews e Brown às possibilidades de emprego, no planejamento de um sistema de informação, de novas tecnologias; a experiência, por exemplo, levada a efeito pelo Centro de Pesquisas Biblioteconômicas da Universidade da Califórnia em Berkeley, no sentido da transmissão de informações por telefacímile, demonstrou que "o transporte por superfície continuará sendo menos dispendioso, por muitos anos, do que a transmissão por meio do telefacímile".²²

¹⁹ MALCLÈS, L.-N. *Op. cit.* (ver nº 16), p. 62.

²⁰ BRUMMEL, L. & EGGER, E. *Guide des Catalogues Collectifs et du Prêt International*. La Haye, M. Nijhoff, 1961. 89 pp.

²¹ MATHEWS, Max U. & BROW, W. Stanley. *Research Libraries and the New Technology*. In Knight, Douglas M. & Nourse, E. Shepley, ed. *Libraries at Large; Tradition, Innovation, and the National Interest*: New York, R. R. Bowker, 1969, pp. 265-341. O trecho citado está na página 333.

²² SCHIEBER, William D. & SHOFFNER, Ralph M. *Telefacsimile in Libraries: a Report of an Experiment in Facsimile Transmission for Interlibrary Loan Systems*. Berkeley, Institute of Library Research, University of California, 1968. 137 pp. O trecho citado está na página 84.

O principal objetivo do catálogo coletivo é — repetimos — o de localizar publicações. É isto o que ele produz de essencial, e nisto está a sua importância. Por isso, consideramos tudo o mais — empréstimo entre bibliotecas, aquisição coordenada ou planejada, pesquisa bibliográfica, unificação de normas catalográficas etc. — como simples subprodutos do catálogo coletivo. O produto é a localização imediata de documentos por meio do tradicional teletipo. É através dele que uma rede nacional de bibliotecas alcança o seu objetivo final: o de localizar em pelo menos uma biblioteca da nação qualquer documento produzido no mundo. Objetivo que os Estados Unidos procuram alcançar através de sistemas coordenados de aquisição de material estrangeiro, como o Plano Farmington ou o Latin-American Cooperative Acquisitions Program (LACAP).

Mesmo nos países adiantados, o progresso no estabelecimento de redes e de outros sistemas cooperativos tem sido relativamente lento, como assinalam, entre outros, Mathews e Brown.²³ Essa lentidão decorre, naqueles países, de fatores altamente sofisticados, como a incompatibilidade entre elementos do chamado **hardware** e a proliferação verdadeiramente babélica de elementos do chamado **software**: sistemas de recuperação, linguagens artificiais etc. Em países como o Brasil, essa lentidão resulta da independência com que as bibliotecas tentam sobreviver num mundo e numa época interdependentes. A culpa recai tanto sobre as autoridades superiores como sobre os próprios bibliotecários, muitos dos quais colocam suas vaidades pessoais acima dos interesses nacionais.

Exemplo gritante dessa falta de consciência ocorre na própria Capital da República, onde numa só praça — significativamente intitulada de Praça dos Três Poderes — existem 5 bibliotecas: a da Presidência da República, a do Supremo Tribunal Federal, a do Ministério das Relações Exteriores, a da Câmara dos Deputados e a do Senado Federal. Muito breve, serão 6, porque está para ser inaugurado o novo edifício do Ministério da Justiça.

O caso do Congresso Nacional é o mais escandaloso, por ser ele o poder menos significativo tanto na atual conjuntura política brasileira como no panorama mundial, onde é visível a crise dos órgãos parlamentares. Falamos com esta franqueza enfática porque o sonho da unificação dos serviços de infraestrutura técnico-administrativa do Congresso Nacional foi vencido

23 MATHEWS, Max U. & BROWN, Stanley. Op. cit. (ver nº 21), p. 324.

pela realidade mostruosa da projetada instalação de dois centros de processamento eletrônico de dados. Sobre o assunto, permito-me chamar a atenção dos que me lêem para o artigo "Dois Computadores no Congresso Nacional?".²⁴

A publicação de catálogos coletivos pode contribuir para a desejável conscientização do problema, ao escancarar perante os olhos estarecidos dos contribuintes as inúmeras duplicações resultantes da falta de uma política nacional em matéria de bibliotecas. Abre-se ao acaso o recente **Catálogo Coletivo de Publicações Periódicas de Ciência e Tecnologia**²⁵ e vê-se que somente na cidade do Recife existem 10 coleções do **Chemical Abstracts**, sendo 8 na Universidade Federal de Pernambuco e apenas uma completa! Se distorções como esta não forem corrigidas, será o caso de, em vez de nos felicitar-mos com o fenômeno definido por Mallarmé, deplorarmos que tudo no mundo exista para acabar em livro...

SYNOPSIS

Interdependence became in our time — a time which is already not only the end of the XX century but the beginning of the XXI century, if not chronologically, phenomenologically — the main characteristic of the relations among persons, institutions, nations, and the different fields of knowledge, as well scientific and technological as literary and artistic.

In accordance with the famous Mallarmé's observation, all in the world exists to become a book and since libraries are the natural place of books they were forced to accept specialization; and becoming specialized, to accept interdependence as the condition **sine qua non** for the establishment of library networks claimed by the librarians who are more conscious of their responsibilities.

Union catalog is the main tool for coordination between libraries and it is not only a coincidence that union catalogs were originated in Germany: a country in which even the general libraries were always inclined to some specialization.

Since the main objective of union catalogs is to locate publications, they form the basis of a true national library network, which enables the location in at least one library of a country every document produced in the world.

²⁴ FONSECA, Edson Nery da. "Dois Computadores no Congresso Nacional?". **Diário de Pernambuco** (Recife), 2 mar. 1972, 1. cad., p. 4. **Correio Braziliense** (Brasília), 17 mar. 1972, Cad. Cult., p. 2.

²⁵ IBBD. **Catálogo Coletivo de Publicações Periódicas de Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro, 1970-71. 2 v.

